



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

REGULAMENTO

SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MURÇA

PROPOSTA (fevereiro de 2019)

PRESENTE À REUNIÃO DE 14/6/2019
DELIBERADO por unanimidade,
aprovar a proposta de Re-
gultamento de Segurança do
Sistemas de Informação do
Município de Murça, de acordo
com a alínea c) do nº 1 do
artigo 33º da Lei nº 75/2013,
de 12 de setembro.

DTIC - Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Índice

[Handwritten signature]

Nota justificativa	5
Capítulo I – Disposições gerais	6
Integração orgânica e designação	6
Missão da DTIC	6
Objeto funcional e legislação habilitante	6
Definições	7
Âmbito	9
Atribuições e gestão do processo de segurança da informação	9
Chaves de acesso e palavras passe	9
Equipamentos e sistemas	10
Capítulo II – Direitos e Deveres dos utilizadores	11
Identificação e solicitações dos utilizadores dos sistemas informáticos	11
Direito de uso	11
Compromisso do utilizador	13
Condicionantes de acesso aos sistemas informáticos por parte do utilizador	13
Proibições relativas aos utilizadores	14
Capítulo III – Direitos e Deveres do Utente	15
Direitos do utente	15
Deveres do utente	16
Capítulo IV – Correio eletrónico	16
Acesso ao serviço de correio eletrónico disponibilizado pela CMM	16
Condicionantes à utilização do serviço de correio eletrónico	17
Capítulo V – Intranet e Serviços Online	19
Acesso à Intranet	19
Condicionantes de acesso à Intranet	20
Acesso aos Serviços Online	20
Capítulo VI – Internet	21
Acesso à Internet	21
Condicionantes de acesso à Internet	22
Capítulo VII – Rede interna, Hardware e Software	23



Acesso à rede	23
Software	24
Hardware	24
Equipamento portátil e de impressão	25
Apoio técnico	25
Capítulo VIII – Comunicações	26
Utilização de telemóveis de uso oficial	26
Modo de atribuição	26
Encargos	26
Excedente ao limite de despesa	27
Serviço responsável pelas comunicações	27
Capítulo IX – Política de Privacidade dos sítios do Município de Murça	27
Proteção da privacidade de dados pessoais	27
Encarregado de Proteção de Dados	28
Privacidade	28
Responsável pelo tratamento	29
Tipologia de dados pessoais	29
Segurança de dados pessoais	29
Acesso e controlo dos dados pessoais	30
Arquivo de dados pessoais	30
Cookies e tecnologias idênticas	30
Como controlar o uso de Cookies	31
Exoneração de responsabilidade	31
Alteração da política de segurança e privacidade	32
Capítulo IX – Disposições finais	32
Utilização da Informação	32
Confidencialidade	33
Controlo e Supervisão	33
Regime disciplinar e Auditoria	33
Manuais, suportes e licenças	34
Dúvidas e omissões	34
Entrada em vigor	34

Handwritten signature and initials in the top right corner.

1

1



Nota justificativa

A utilização dos serviços de rede e equipamentos de informática tornaram-se fundamentais no quotidiano da nossa sociedade, incluindo no mundo laboral, trazendo consigo uma vasta gama de benefícios em todas as áreas, nomeadamente na área da informação e da comunicação, mas também a existência de riscos e perigos diversos que convém identificar.

Também o novo quadro legal contempla algumas mudanças significativas que terão diferente impacto no dia-a-dia do Município e para a implementação de uma resposta cabal e eficaz a esses novos desafios, elaborou-se o presente documento regulamentar para uso dos serviços, terminais de acesso remoto, equipamentos desktop ou portáteis, telefones, fax(es), telemóveis, software, hardware, Internet, Intranet e a utilização de contas de correio eletrónico, serviços online, acesso a bases de dados, entre outros.

A utilização de tais recursos e serviços assenta no princípio de que todos eles são ferramentas de uso estritamente profissional, destinando-se a manter a produtividade de forma eficiente e alcançar os objetivos profissionais estabelecidos pelos responsáveis do Município.

Assim, para fazer face aos novos desafios anteriormente descritos, o Município de Murça, no âmbito do poder regulamentar que lhe assiste por via do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e pela alínea k) do número 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atualizada, estabelece, através do presente regulamento, regras de utilização dos serviços de rede e equipamentos de informática manuseadas na Câmara Municipal de Murça, designadamente, quanto aos limites na utilização, acessos à Internet e Intranet, direitos e deveres dos utilizadores na qualidade de funcionários da edilidade na utilização da rede informática, para que utilizem de modo adequado, correto, responsável, lícito e produtivo os recursos e serviços tecnológicos colocados à sua disposição, como instrumentos de trabalho necessários para o desenvolvimento profissional do seu trabalho diário.

Neste sentido, o Município de Murça, através da Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações, doravante designada por DTIC, é responsável pela normalização e padronização dos procedimentos referentes à área de informática, definindo e determinando o estabelecido no presente regulamento para uso dos serviços de rede e equipamentos de informática do Município, em conformidade com a legislação em vigor e com o disposto no artigo 16.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município de Murça, publicado em



Diário da República, 2.ª série, n.º 236, em 7 de dezembro de 2018, aprovado pela Câmara Municipal em 10 de agosto de 2018 e pela Assembleia Municipal em 15 de setembro de 2018. O presente documento tem como objetivo essencial estabelecer diretrizes e regular a utilização dos recursos informáticos, bem como atribuir responsabilidades e definir direitos e deveres dos utilizadores e utentes dos sistemas de informação do Município de Murça. Pretende igualmente gerir expectativas de acesso e utilização, restrições e penalidades, assim como contribuir para a criação de uma verdadeira cultura educativa no que diz respeito à utilização e proteção da informação digital deste Município.

CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Integração orgânica e designação

A Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações do Município de Murça, doravante designada por DTIC, é uma unidade orgânica flexível de 2.º grau na estrutura dos serviços municipais da Câmara Municipal de Murça, estando na dependência direta hierárquica e funcional do Presidente da Câmara.

Artigo 2.º

Missão

A DTIC tem por missão a gestão, manutenção e desenvolvimento das infraestruturas e serviços de informática, informação e comunicações do Município de Murça, cumprindo-lhe, designadamente: prestar apoio nas áreas do planeamento, direção, controlo, gestão e manutenção dos meios informáticos e tecnologias de comunicação existentes; a sua ligação ao exterior; apoio aos utilizadores na utilização dos meios informáticos disponíveis e na promoção de ações de formação especializada em informática; o apoio e prestação de serviços nas suas áreas de competência; bem como a promoção da melhoria e da qualidade dos meios informáticos existentes.

Artigo 3.º

Objeto funcional e legislação habilitante



À DTIC compete a direção e coordenação dos serviços de informática e comunicações de dados do Município de Murça, segundo os princípios da independência e do tratamento equitativo consagrados nos artigos 26.º, 35.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na Lei de Proteção de Dados Pessoais (nacional e comunitária), no artigo 22.º do Código do Trabalho, na Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro e alínea k), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 e em conformidade com o disposto nos artigos 9.º e 16.º do Regulamento de Organização dos Serviços da Câmara Municipal, neste último onde estão definidas as competências gerais do responsável pela unidades orgânica flexível, acrescidas pelas competências que são inerentes a este serviço.

Artigo 4.º

Definições

1 - Para efeitos do presente regulamento entende-se por:

1.1 - “DTIC” - Unidade Orgânica de 2.º grau do Município designada por Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações, que tem por função disponibilizar as infraestruturas e os serviços informáticos e tecnológicos necessários ao normal funcionamento e gestão do Município, segundo os princípios da independência e do tratamento equitativo consagrados na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Proteção de Dados em vigor e na Lei do Cibercrime;

1.2 - À DTIC cabe, designadamente, a gestão e manutenção das redes e dos meios informáticos existentes e a sua ligação ao exterior, o apoio aos Utilizadores e Utentes na utilização dos meios informáticos disponíveis, bem como a promoção da melhoria contínua e da qualidade dos meios informáticos e tecnológicos.

1.3 - Cabe-lhe ainda, nomeadamente:

- a) Aceder a informação nos sistemas informáticos pertencentes ao Município, executando serviços de manutenção, backups, gestão de e-mails, gestão documental e da Intranet, softwares e sistemas, mantendo e protegendo a confidencialidade de qualquer informação;**
- b) Aceder remotamente aos sistemas de informação de qualquer local externo ao local de trabalho, a qualquer hora, desde que seja para funções de manutenção e apoio técnico aos utilizadores;**
- c) Como profissionais informados, encorajar a adoção de políticas e leis relevantes consistentes com estes princípios éticos.**



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2 - “Administrador de Sistemas” - pessoa ou pessoas com competências atribuídas pela legislação em vigor que regulamentam as carreiras de informática, cumulativamente com os requisitos funcionais da carreira em vigor no Município.

3 - “Responsável de Sistemas de Informação” - pessoa designada pelo Presidente, para a direção e coordenação dos Serviços de Informática.

4 - “Chefe de Divisão” – dirigente máximo da unidade orgânica a quem a direção, gestão, coordenação e controlo de todos os serviços prestados pela DTIC.

5 - “Técnico de Informática” - profissional que está apto a realizar configurações de sistemas informáticos, a instalar equipamentos e a verificar as causas de falhas na programação.

6 - “Subunidade de Serviços Web” - integrada na DTIC, tem como principal objetivo prestar serviços transversais de apoio a outras Unidades Orgânicas e gabinetes no âmbito dos serviços web do Município de Murça.

7 - “Utilizador” – qualquer pessoa com vínculo contratual ao Município de Murça, ou posto à disposição da organização por órgãos ou entidades da administração central ou em regime de colaboração, independentemente do regime jurídico a que estejam submetidos, incluindo prestadores de serviços que, direta ou indiretamente utilizem os sistemas de comunicação e informação do Município de Murça para o desenvolvimento das suas atividades profissionais.

9 – “Utente” – pessoa com direito de uso de serviço público (municípes).

8 - “Registos Log” - processo de registo de eventos relevantes num sistema de informação, geralmente num arquivo de log, o qual pode ser utilizado para auditoria e diagnóstico. Esse registo pode ser utilizado para restabelecer o estado original de um sistema ou para que um administrador conheça comportamentos e funcionamento dos sistemas no passado.

9 - “Responsável pelo tratamento de dados” - a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

10 - “Informação” - informação digital que pode ser de carácter estratégico, técnico, financeiro, legal, de recursos humanos, ou de qualquer outra natureza, não importando se protegida ou não por normas de confidencialidade, desde que se encontre armazenada e/ou manuseada na infraestrutura tecnológica do Município e que se constitui como património do mesmo.

11 - “Segurança da Informação” - a adoção de medidas eficazes para garantir que a informação do Município de Murça seja conhecida e manuseada apenas por aqueles que devem conhecê-la, evitando o seu uso indevido, inadequado e/ou legal.

12 - “Rede interna, hardware e software” - todos os equipamentos tais como: computadores “desktop”, “portáteis”, software licenciado, cabos de rede, equipamentos ativos de rede (routers e switches), servidores, “firewalls”, “proxies”, impressoras, digitalizadores, leitores



óticos ou qualquer outro equipamento pertencente à infraestrutura tecnológica do Município de Murça.

Artigo 5.º

Âmbito

1 - O presente Regulamento estabelece um conjunto de normas de utilização e regras de segurança da informação com o intuito de possibilitar o processamento, a partilha e o armazenamento de informação do Município de Murça, através do recurso à sua infraestrutura tecnológica.

2 - Os utilizadores são responsáveis por cumprir e fazer cumprir as regras, normas e procedimentos estabelecidos no presente Regulamento.

Artigo 6.º

Atribuições e gestão do processo de segurança da informação

1 - Caberá à DTIC supervisionar o cumprimento, por parte dos utilizadores das regras do presente Regulamento.

2 - A DTIC é responsável pela adoção de medidas técnicas que garantam a criação do ambiente tecnológico indispensável para a implementação das normas de segurança, bem como pela análise de todas as infrações cometidas pelos utilizadores (voluntária ou involuntariamente) ao presente Regulamento, devendo adotar as medidas técnicas necessárias para eliminar focos de não conformidade, alertando superiormente para procedimentos irregulares e voluntários dos utilizadores com vista à tomada de medidas corretivas apropriadas.

3 - À DTIC compete esclarecer dúvidas, dar orientações, expressar opiniões ou sugestões, sempre que contactados pelos utilizadores/utentes/cidadãos, bem como dar seguimento a quaisquer situações de violação ao presente Regulamento ou outras que lhes sejam reportadas.

4 - O acesso às instalações da DTIC do Município de Murça fica restrito aos servidores desta unidade orgânica. Qualquer acesso às instalações em horários diferentes dos técnicos da DTIC é terminantemente proibido.

5 - A implementação de novos sistemas e/ou aplicações informáticas poderão conduzir a alterações ao presente Regulamento, se tal se justifica.

Artigo 7.º

Chaves de acesso e Palavras passe



- 1 - As chaves de acesso e as palavras passe (passwords), são meios utilizados pelos Utilizadores e Administradores, para salvaguardar a confidencialidade da informação disponível nos equipamentos e sistemas.
- 2 - O Município de Murça e, em concreto, os Administradores de Sistema deterão as palavras passe e chaves de administração.
- 3 - O Utilizador compromete-se a fazer um uso diligente das palavras passes e chaves de acesso atribuídas e a manter as mesmas confidenciais, assumindo qualquer atividade que se realize ou tenha lugar mediante a utilização das mesmas.
- 4 - O Utilizador deverá informar a DTIC de forma imediata, após qualquer perda ou suspeita de acesso não autorizado por parte de terceiros, às palavras passe e chaves de acesso.
- 5 - Se o Utilizador suspeitar que outra pessoa conhece os seus dados de identificação e de acesso deve proceder à alteração imediata da mesma ou comunicar o facto à DTIC, com o fim de que este lhe permita gerar de imediato nova credencial.
- 6 - O Utilizador pode, por escrito, indicando a finalidade, permitir à DTIC, a alteração da palavra passe e chaves (passwords), para aceder ao sistema, nos casos de baixa ou ausência temporal, ou perante a inacessibilidade por parte do mesmo aos equipamentos e sistemas atribuídos (ao não se encontrar nos locais em que se situam os mesmos ou não ter possibilidade de aceder remotamente aos mesmos).
- 7 - É proibida a utilização de técnicas de encriptação, codificação ou decodificação de informações não autorizadas e/ou não facultadas pelo Município.

Artigo 8.º

Equipamentos e sistemas

- 1 - O Município de Murça coloca à disposição dos seus utilizadores (trabalhadores) recursos tecnológicos nomeadamente equipamentos (hardware) e programas informáticos licenciados (software), não sendo permitida a ligação de qualquer equipamento particular à rede privada do Município.
- 2 - A utilização de software não licenciado é uma conduta ilícita que pode implicar graves responsabilidades de tipo penal e civil, para além de colocar em risco evidente os equipamentos informáticos e a informação contida nos mesmos.
- 3 - O Utilizador deve utilizar os equipamentos e sistemas informáticos colocados à sua disposição sem incorrer em atividades que possam ser consideradas ilícitas ou ilegais, que infrinjam ou possam infringir os direitos do Município enquanto entidade de direito público, de terceiros ou



ponham em risco a segurança e estabilidade dos equipamentos e sistemas, assim como da informação neles contidos.

6 - São expressamente proibidas as atividades que constituam infração prevista na legislação em vigor, nomeadamente:

- a) Aceder, ler, apagar, copiar ou modificar as mensagens de correio eletrónico ou arquivos de outros Utilizadores, exceto com o consentimento do titular, em função de circunstâncias concretas;
- b) Aceder a áreas restritas dos sistemas informáticos do Município, de outros Utilizadores ou terceiros;
- c) Destruir, alterar, inutilizar ou de qualquer forma danificar os dados, programas ou documentos eletrónicos do Município, dos seus Utilizadores, ou de eventuais terceiros.
- d) Distorcer ou falsear Registos Log do sistema;
- e) Aumentar o nível de privilégios de um Utilizador no sistema;
- f) Decifrar as chaves, sistemas ou algoritmos de codificação e qualquer outro elemento de segurança que intervenha nos processos do Município;
- g) Obstaculizar voluntária ou involuntariamente os acessos de outros Utilizadores aos equipamentos e sistemas do Município pelo consumo massivo de recursos informáticos, assim como realizar ações que danifiquem, interrompam ou gerem erros;
- h) Introduzir ou propagar programas, vírus ou qualquer outro dispositivo lógico ou sequência de caracteres que causem ou sejam suscetíveis de causar qualquer tipo de alteração nos sistemas informáticos da entidade ou de terceiros;
- i) Introduzir, descarregar da Internet, reproduzir, utilizar ou distribuir programas informáticos não autorizados expressamente pelo Município ou qualquer outro tipo de obra ou material cujos direitos de propriedade intelectual ou industrial pertençam a terceiros, quando não se disponha de autorização para o efeito;
- j) Instalar cópias ilegais de qualquer programa, incluindo os estandardizados de facto e apagar, eliminar, modificar ou alterar qualquer dos programas instalados legalmente;
- k) Instalar software ou aplicativos de qualquer espécie cuja licença tenha sido adquirida pelo Município, em equipamentos diversos daqueles fornecidos para tal efeito (o que inclui a título enunciativo, equipamentos ou dispositivos privados do Utilizador).

CAPÍTULO II — DIREITOS E DEVERES DO UTILIZADOR

Artigo 9.º



Identificação e solicitações dos utilizadores dos Sistemas Informáticos

- 1 - Considera-se “Utilizador” o indivíduo que pertencendo ou não ao Mapa de Pessoal do Município de Murça, possui autorização para aceder e utilizar os sistemas informáticos da instituição. Para aceder ao sistema informático, o Utilizador necessita de possuir e ter registado um username, relacionado com o seu nome e por uma password.
- 2 - Estas contas são indispensáveis para o acesso aos principais serviços em rede, sendo atribuídas pela DTIC, a pedido do respetivo superior hierárquico e depois de avaliada a sua necessidade pelo dirigente máximo da DTIC. Com esse acesso é permitido a utilização e o acesso à Intranet do Município de Murça e outras aplicações como o registo de assiduidade.
- 3 - Se o utilizador pretender ter uma conta de e-mail externo da classe username@cm-murca.pt, deverá efetuar o seu pedido junto do seu superior hierárquico que fará chegar à DTIC o mesmo, a quem cabe mediante a justificação do pedido proceder ao deferimento ou não, dessa solicitação.
- 4 - O acesso à Internet nos computadores dos utilizadores está restringido aos que dela necessitam para as tarefas de trabalho diário, estando esse acesso dependente da autorização mediante solicitação efetuada junto do responsável pela DTIC.
- 5 - A DTIC, sempre que se justificar, poderá solicitar aos utilizadores que alterem as suas senhas (passwords) para poderem continuar a utilizar os sistemas informáticos.
- 6 - Em caso de avaria do equipamento deverá o utilizador entrar imediatamente em contato com a DTIC, no sentido que lhe seja prestado apoio para a sua resolução.
- 7 - Os utilizadores deverão alertar e solicitar ajuda e apoio técnico à DTIC, sempre que o serviço ao utente esteja paralisado, em virtude de qualquer problema relacionado com o sistema informático ou suas aplicações.
- 8 - Caso o Utilizador necessite de um software adicional para o desempenho das suas tarefas, deverá solicitá-lo fundamentadamente ao seu superior hierárquico que, após apreciação, o submeterá à consideração do responsável da DTIC.
- 9 - Os pedidos de novos equipamentos informáticos deverão ser efetuados ao Presidente da Câmara Municipal, que caso entenda deverá remetê-los ao responsável da DTIC que apurará da sua real necessidade.

Artigo 10.º

Direito de uso



1 – Têm direito a utilizar a rede e os equipamentos informáticos os utilizadores em situação regular com o Município de Murça.

a) O direito de utilização da rede termina quando o utilizador vê o seu vínculo regular com o Município de Murça terminado ou suspenso;

b) Excecionalmente e por tempo determinado pode ser garantido o acesso para participantes de cursos, jornadas e outros eventos destinados ao serviço do Município de Murça, pesquisa e extensão, cessando o direito de acesso no final das atividades anteriormente relacionadas.

Artigo 11.º

Compromisso do Utilizador

1 - O Utilizador responsabiliza-se por qualquer alteração ou instalação realizada nos equipamentos fornecidos com acesso aberto que pela sua natureza carecem de privilégios de administração.

3 - O utilizador é responsável, por cumprir, e fazer cumprir, as regras, normas e procedimentos estabelecidos no presente Regulamento.

Artigo 12.º

Condicionantes ao acesso aos sistemas informáticos por parte do utilizador

1 - O Utilizador não pode ceder os seus privilégios de acesso nem pode usar os de outros.

2 - O Utilizador é o único responsável pelo uso indevido dos seus privilégios de acesso, devendo comunicar imediatamente ao seu superior hierárquico, bem como à DTIC, em caso de suspeita desse facto.

3 - Para ter acesso à rede de computadores do Município de Murça, o Utilizador necessita que seja criada uma conta de rede que é composta por um login (nome de Utilizador) e uma senha (password) de uso pessoal e intransmissível.

4 - Fica a critério da DTIC a criação das contas em todos os sistemas de acordo com o seguinte padrão:

Exemplo: (Utilizador) João da Silva de Sousa

a) nome de utilizador: joaosousa

(primeiro nome e de um sobrenome. Se o sistema acusar a existência deste nome de utilizador será usado outro sobrenome e assim por diante).

b) senha/password: *****



(senha padrão de, no mínimo, 8 caracteres alfanumérico e um caráter especial - ex. !\$ - que deve ser alterada em sua primeira utilização).

5 - O Utilizador que desejar acesso deve requisitar, junto da DTIC, o formulário de solicitação de acesso à rede, o qual deve ser preenchido e devolvido à DTIC para que seja encaminhada a criação da respetiva conta de acesso mediante a fundamentação do superior hierárquico.

6 - As informações referentes ao login e senha dos utilizadores serão repassadas para os mesmos por escrito e pessoalmente através do formulário de repasse de solicitação de acesso à rede.

Artigo 13.º

Proibições relativas aos utilizadores

1 - O Utilizador só pode usufruir dos recursos informáticos para os quais possua a devida autorização.

2 - Em nenhuma circunstância deve aceder ou tentar aceder a recursos que lhe estão vedados.

3 - O Utilizador não pode usar os recursos do Município de Murça para tentar aceder ilegalmente a sistemas informáticos de outras instituições, caso o faça, o seu comportamento será averiguado em sede própria, assumindo inteira responsabilidade pelos atos que praticar.

4 - O Utilizador não pode interferir com dados, programas ou sistemas, nem intercetar informação de outros utilizadores ou do Município de Murça, para os quais não está autorizado.

5 - O Utilizador deve abster-se de atitudes que possam causar prejuízos morais ou materiais aos restantes utilizadores, ou ao sistema informático instituído.

6 - O Utilizador não pode, em circunstância alguma, proceder à ligação de novos equipamentos à rede informática sem prévio conhecimento e autorização da DTIC, já que ao fazê-lo, poderá colocar em risco o funcionamento de toda rede e/ou serviços. Considera-se incluído neste ponto, a proibição de ligação de qualquer dispositivo de uso particular.

7 - O Utilizador não pode visualizar ou armazenar informação ofensiva ou obscena nem enviar mensagens do mesmo teor.

8 - O Utilizador não pode usar os recursos informáticos do Município de Murça para a execução de jogos, passatempos ou outros fins que não estejam de alguma forma ligados ao desempenho da sua atividade profissional.

9 - O Utilizador não pode reproduzir ou divulgar externamente, informação armazenada nos sistemas do Município de Murça, a não ser que esteja devidamente autorizado pelo seu superior hierárquico ou pelo Presidente da Câmara.



10 - O Utilizador não pode instalar programas, nem alterar a configuração das aplicações existentes, nem executar qualquer ação que altere os sistemas instalados, sem autorização prévia da DTIC.

11 - O Utilizador não pode realizar qualquer ação deliberada ou não autorizada, que venha a danificar ou corromper um equipamento informático, que lhe modifique a sua performance, ou que origine defeito no seu normal funcionamento independentemente da sua localização ou do tempo de duração desta sua ação.

12 - O Utilizador não pode apagar, examinar, copiar ou modificar ficheiros de dados ou qualquer tipo de informações pertencentes a outros utilizadores sem o seu consentimento e sem o conhecimento da DTIC e do Encarregado de Proteção de Dados (EPD-DPO).

13 - O Utilizador não pode penalizar os outros utilizadores através de um uso abusivo dos recursos partilhados existentes, após ter sido avisado de tal situação.

14 - Ao Utilizador é expressamente proibido copiar total ou parcialmente, as configurações de suporte lógico existente nos equipamentos informáticos do Município de Murça, sem prévio conhecimento e autorização da DTIC.

15 - É expressamente proibido utilizar computadores, recursos partilhados, impressoras ou outro material informático para usos não autorizados e fora do âmbito das suas funções na Câmara Municipal.

16 - Não é permitido a instalação de nenhum software, ficheiro executável, base de dados que se descarregue da Internet ou que se receba por correio eletrónico ou através de qualquer suporte material (CD, Pen USB, Disco externo...) necessário para o desempenho das tarefas profissionais, pode ser instalado no terminal ou dispositivo propriedade do Município, sem comprovar previamente com a DTIC, que está devidamente licenciado e limpo de vírus.

17 - O Município pode limitar a utilização de dispositivos removíveis de armazenamento, tais como Pens USB, CDs, discos externos, entre outros.

18 - Ao Utilizador não é permitido a instalação nos sistemas informáticos de dispositivos de acesso à Internet, sem autorização prévia da DTIC.

CAPÍTULO III — DIREITOS E DEVERES DO UTENTE

Artigo 14.º

Direitos do Utente



1 – Considera-se “Utente” aquele que utiliza os serviços públicos. O utente tem direito à liberdade e privacidade no processamento informático dos seus dados pessoais e no âmbito do trabalho técnico da sua responsabilidade e autoria.

2 – Relativamente ao processamento informático dos seus dados pessoais e de acordo com as instruções disponibilizadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), o utente tem ainda os seguintes direitos:

- a) Direito de informação;
- b) Direito de acesso;
- c) Direito de retificação e eliminação/esquecimento;
- d) Direito de oposição.

Artigo 15.º

Deveres do utente

1 – O utente deve respeitar sempre a liberdade e a privacidade alheias, não lhe sendo permitido ter acesso a informações de outros utentes que contrariem o disposto pela legislação em vigor sobre proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO IV — Correio eletrónico (e-mail)

Artigo 16.º

Acesso ao serviço de correio eletrónico disponibilizado pela CMM

1 – O Município de Murça disponibilizará ao Utilizador, sempre que se revele necessário em função das suas responsabilidades laborais, uma conta de correio eletrónico institucional. O acesso preferencial às caixas de correio eletrónico deverá ser feito através da Intranet (conta individual de utilizador).

2 - São possíveis, outros tipos de acessos, nomeadamente através dos programas de correio eletrónico instalados no computador de utilização profissional (ex. Outlook).

3 - O Utilizador deve usar o correio eletrónico em nome do Município para fins exclusivamente laborais.

4 - O Utilizador não deve enviar, distribuir, dar a conhecer e comunicar informação confidencial ou classificada do Município.



5 - É proibida a transmissão de correio cujo conteúdo seja ilegal, difamatório, obsceno, ofensivo, denegatório ou imoral.

6 - Cessada a colaboração de um Utilizador com o Município de Murça e após comunicação dos serviços competentes (DAF - Recursos Humanos), será desativada ou encerrada a conta de correio eletrónico do mesmo, podendo ser gerada uma mensagem automática.

7 - O Município de Murça pode manter, se o entender, uma cópia de segurança do correio eletrónico de contas encerradas.

8 - O acesso por terceiros aos dados das caixas de correio de cada utilizador está reservado, em exclusivo à DTIC, que para tal deverá fazê-lo na presença do titular da respetiva caixa e apenas para efeitos de manutenção do sistema.

9 - O disposto no preceito anterior respeitará integralmente o disposto na Constituição da República Portuguesa sobre Direitos, Liberdades e Garantias e, bem assim, o disposto na Lei sobre Proteção de Dados Pessoais em vigor.

10 - Caso o Utilizador tenha acesso a sites de e-mail (gratuitos ou pagos), que disponibilizem a consulta, envio e receção correio eletrónico através da tecnologia webmail, fica ciente que tal acesso pode comprometer a segurança da informação do Município de Murça, motivo pelo qual deve ser efetuado com cautela e moderação.

Artigo 17.º

Condicionantes à utilização do serviço de correio eletrónico

1 - É expressamente interdito na utilização de correio eletrónico os seguintes procedimentos:

- a) Falsificar mensagens do correio eletrónico;
- b) Aceder, apagar, copiar ou modificar o correio eletrónico de outros utilizadores;
- c) Enviar correio eletrónico de âmbito comercial, correio em cadeia, ou correio eletrónico de conteúdo duvidoso;
- d) Enviar mensagens coletivas de correio eletrónico (spam mails) a grupos de utilizadores do Município de Murça ou de outras entidades, públicas ou privadas;
- e) Utilizar o correio eletrónico oferecendo produtos ou serviços de qualquer natureza, próprios;
- f) Enviar mensagens contaminadas por vírus ou qualquer outro software que possam danificar ou impedir o normal funcionamento da rede, dos sistemas, dos equipamentos informáticos (hardware e software) de terceiros ou que possam danificar os documentos eletrónicos e arquivos armazenados nestes equipamentos informáticos;
- g) Reencaminhar correio eletrónico e o seu conteúdo, sem ter o devido cuidado quanto à privacidade do(s) remetente(s) originais.



2 - Todas as caixas de correio eletrónico são criadas, por defeito, com um tamanho máximo predefinido de cinco gigabytes, sendo possível requerer o seu aumento, quando devidamente justificado. Esse pedido deverá ser feito ao responsável da DTIC.

3 - Para evitar a situação a que se alude no número anterior, o Utilizador tem o dever de se preocupar com a manutenção da sua caixa de correio, eliminando as mensagens mais antigas ou de menor interesse.

4 - Sempre que um correio eletrónico pelo seu conteúdo ou pelos anexos, seja relevante para efeitos de um processo do Município ou contiver informação relevante para a autarquia, o Utilizador deve gravar o correio eletrónico recebido, enviando para pasta de trabalho na Intranet definida para o efeito ou tramitada para o serviço de gestão documental.

5 - O Utilizador deve respeitar o aspeto gráfico do correio eletrónico tendo em conta a assinatura aprovada superiormente e de forma global definida pelo Município.

6 - A entrega e receção de correio eletrónico não é garantida, uma vez que depende de fatores técnicos exteriores à DTIC, nomeadamente, caixa de correio de destino cheia, problemas de operador vários, caixas de SPAM, entre outros.

7 — O Utilizador em caso de ausência deve ativar o mecanismo de mensagem automática de ausência, ou reencaminhar o correio eletrónico para outra conta ativa do Município, de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços.

8 - Todo e qualquer e-mail enviado por utilizadores do Município de Murça, deverá conter, no final da mensagem, uma assinatura padrão, de acordo com o seguinte modelo:



Oito Séculos de História

<Nome Completo>

MUNICIPIO DE MURÇA

<Divisão>

www.cm-murca.pt.pt

telefone: 259 510 120

fax: 259 510 129

9 - Após a assinatura padrão, deverá conter o seguinte aviso:

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE



Esta mensagem de correio eletrónico e qualquer dos seus ficheiros anexos, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação privilegiada, a qual não deverá ser divulgada, copiada, gravada ou distribuída nos termos da lei vigente. Se não é o destinatário da mensagem, ou se ela lhe foi enviada por engano, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma. A distribuição ou utilização da informação nela contida NÃO É AUTORIZADA. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado.

CAPÍTULO V — Utilização da Intranet e dos Serviços Online

Artigo 18.º

Acesso à Intranet

- 1 - O Município de Murça disponibiliza ao Utilizador acesso à Intranet, que por sua vez resulta num sistema de gestão integrada, que permite a desmaterialização de processos e a integração com a interoperabilidade, com a disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multicanal. Este sistema permite o acesso às diversas aplicações do Município e a um conjunto de informações úteis ao Utilizador (mapa de férias, vencimento, assiduidade).
- 2 – O Município de Murça assegurará e assumirá através da DTIC, garantir a difusão de informação, partilha de conhecimento e o acesso às soluções de gestão e de colaboração da organização através da Intranet.
- 3 - A Intranet é uma ferramenta de trabalho para uso estritamente profissional e uma solução reservada aos funcionários (Utilizadores), agentes e colaboradores do município;
- 4 – A Intranet potencia a partilha de informação e do conhecimento dentro da organização, a segurança e privacidade no acesso à informação e a redução dos custos com o papel e com a comunicação interna.
- 5 – A Intranet encontra-se disponível em qualquer lugar, ou ocasião (Internet), integrada com login e password de Utilizador e, dispõe de ferramentas de comunicação (email, mensagem instantânea, alertas), colaboração (partilha e reserva de recursos, agenda), outrora dispersas por várias soluções.
- 6 – A Intranet disponibiliza ainda, uma área documental de self-service, onde o Utilizador poderá encontrar informações relevantes para o seu desempenho profissional e outras relacionadas com os Recursos Humanos (consulta a dados pessoais, vencimentos, marcação de férias, etc.),



aprovisionamento (pedidos de fornecimento, requisição interna, etc.), bem como ligação direta com a Gestão Documental, o Correio Eletrónico e outras.

Artigo 19.º

Condicionantes do acesso à Intranet

1 - Aos utilizadores a quem for facultado o acesso à Intranet é interdito:

- a) Efetuar qualquer tentativa de decodificação das palavras de passwords de acesso aos sistemas, áreas ou recursos de outros utilizadores, bem como de qualquer recurso não especificamente autorizado;
- b) É expressamente proibido ao Utilizador ceder os seus códigos de acesso a terceiros ou outros Utilizadores;

Artigo 20.º

Acesso aos Serviços Online

1 – O Município de Murça disponibiliza ao Utente a possibilidade de usufruir dos “Serviços Online”, uma plataforma de serviços via internet que disponibiliza aplicações, funcionalidades e conteúdos orientados para a interação com os munícipes, disponibilizando em linha, as capacidades do Balcão Único de atendimento e de apoio ao cidadão. Esta solução fornece ao munícipe uma visão integrada de toda a sua relação com o Município, desde dos pedidos realizados, conta-corrente até às informações recebidas, entre outros.

2 - Os Serviços Online têm por objetivo disponibilizar um conjunto de serviços relacionados com as atividades próprias do Município de Murça.

3 - O acesso aos Serviços Online é realizado mediante registo, efetuado por cada Utente, que se compromete a aceitar as “Condições e termos de adesão” publicadas no site autárquico do Município de Murça para este fim.

4 - O login e password constituem informação de uso exclusivo do Utente e são exigidos sempre que este pretenda aceder às funcionalidades privadas do serviço.

5 - O Utente obriga-se a manter a confidencialidade da chave de acesso e a prevenir o seu uso abusivo por parte de terceiros, assumindo a total responsabilidade derivada da utilização por terceiros dos serviços disponibilizados nesta plataforma.

6 - O Utente é responsável pela utilização da informação prestada no âmbito dos Serviços Online e pela permanente atualização da informação pessoal constante do registo.



7 - Os Serviços Online possuem os adequados níveis de segurança contudo, o Município não é responsável pelos prejuízos provenientes de erros de transmissão e de deficiências técnicas ou derivados de interferências ou interceções ilegítimas que ocorram nos sistemas de comunicação e redes informáticas utilizados.

8 - As presentes condicionantes poderão ser alteradas, considerando-se as alterações aceites pelo Utente desde que, após lhes terem sido comunicadas, o Utente não manifeste expressamente a intenção de cessar o acesso ao serviço.

9 - A consulta de dados e informação efetuadas no âmbito deste serviço presumem-se efetuadas pelo Utente, declinando o Município de Murça qualquer responsabilidade decorrente da utilização abusiva ou fraudulenta das informações obtidas.

10 - Os elementos e informações transmitidos aos Serviços Online bem como a requisição de serviços solicitados pelo Utente gozarão de plenos efeitos jurídicos, sendo o Utente integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas por esta via.

11 - Sem prejuízo do cumprimento das disposições legais sobre esta matéria, o Utente autoriza o Município de Murça, a proceder ao tratamento informático dos dados fornecidos no ato de registo e adesão aos Serviços Online ou que, posteriormente, venha a fornecer.

12 - O Utente tem o direito de aceder aos elementos a si referentes, assim como de exigir a sua atualização ou retificação, bem como de exigir a eliminação do seu nome das mesmas, verificando-se, nesse caso, a cessação do serviço.

13 - A informação prestada no âmbito dos Serviços Online é propriedade do Município de Murça, comprometendo-se o Utente a não infringir, qualquer que seja o meio empregue, aqueles direitos de propriedade.

14 - A informação prestada tem por objetivo o aumento da eficiência e transparência do serviço público, prevalecendo, em caso de dúvida, omissão ou incorreção dos dados disponíveis online, a informação constante no processo físico ou no sistema de informação interno do Município.

15 - Os Serviços Online é um conjunto de serviços prestados por prazo indeterminado, podendo cessar mediante simples comunicação ao Utente.

16 - Os Serviços Online estão implementados num sítio registado e o serviço prestado pelo próprio sítio é da responsabilidade do Município de Murça.

CAPÍTULO VI — Utilização da Internet

Artigo 21.º

Acesso à Internet



1 - O Município de Murça disponibiliza ao Utilizador acesso à Internet, em função das responsabilidades laborais ou tarefas que lhe sejam atribuídas.

2 - A Internet é uma ferramenta de trabalho para uso estritamente profissional.

3 - O acesso à Internet, redes sociais ou a redes de dados externas à Câmara Municipal, só é permitido aos utilizadores que tenham obtido a necessária autorização pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. A utilização para o acesso temporário a serviços ou páginas necessárias ao desempenho das suas tarefas, apenas é necessário a autorização pelo responsável da DTIC, que depois de recebido o pedido por Intranet, apurará da sua real necessidade.

4 - O Município monitoriza e controla, de forma automática, os sistemas e tecnologias de informação, e demais meios, validando se cumprem em todo o momento as medidas de segurança necessárias.

Artigo 22.º

Condicionantes do acesso à Internet

1 - Aos utilizadores a quem for facultado o acesso à Internet é interdito:

- a) Efetuar qualquer tentativa de decodificação de passwords de acesso aos sistemas, áreas ou recursos de outros utilizadores, bem como de qualquer recurso não especificamente autorizado;
- b) Copiar materiais protegidos por direitos de autor, tais como: programas licenciados sem a autorização expressa do proprietário ou a propriedade da licença adequada;
- c) Tentar bloquear o funcionamento de recursos informáticos nacionais ou internacionais;
- d) Tentar obter níveis de privilégios superiores aos atribuídos no uso dos recursos informáticos disponibilizados;
- e) Introduzir ou propagar, intencionalmente, vírus informáticos ou quaisquer outros programas destrutivos dos sistemas informáticos, tanto internos como externos, à Câmara Municipal;
- f) Instalar e disponibilizar aplicações ou serviços destinados à Internet sem o conhecimento e autorização prévia da DTIC;
- g) Tentar substituir ou modificar as aplicações e serviços disponibilizados pelo Município;
- h) Utilizar computadores partilhados com usos não autorizados, como, por exemplo, práticas não autorizadas, sistemas de descarga e partilha de músicas e vídeos, através de servidores “pessoa para pessoa” que permitam este tipo de acessos e práticas, vulgarmente conhecidos como Peer-to-Peer.



2 - O acesso à Internet é permitido para fins de pesquisa temática relacionada com o trabalho, comunicação e formação, sendo ainda vedado o acesso a portais ou sítios na Internet com conteúdos que:

- a) Violam a lei, a moral, os bons costumes, a propriedade intelectual, os direitos à honra, à vida privada, à imagem e à intimidade pessoal e familiar;**
- b) Estimulem a prática de condutas ilícitas ou contrárias à moral e aos bons costumes;**
- c) Incitem à prática de atos discriminatórios em razão de sexo, raça, religião, crenças, idade ou qualquer outra condição;**
- d) Coloquem à disposição ou possibilitem o acesso a programas informáticos ilegais, mensagens, produtos ou serviços ilícitos, violentos, pornográficos ou degradantes;**
- e) Que permitam a descarga de ficheiros de filmes ou vídeos alheios às atividades normais desenvolvidas na Câmara Municipal, assim como ficheiros de música, jogos e passatempos;**
- f) Se identifiquem com emissões de rádios comerciais. Existindo essa possibilidade se devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara.**
- g) Sejam falsos, ambíguos, inexatos, exagerados ou extemporâneos, de forma que possam induzir em erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicador;**
- h) Violam o sigilo das comunicações;**
- i) Constituam publicidade ilícita, enganosa ou desleal;**
- j) Veiculem, incitem ou estimulem a pedofilia.**

3 - O Município de Murça não é responsável pelo conteúdo que os seus Utilizadores visualizam e/ou descarregam da Internet, presumindo -se que o Utilizador tem consciência que a Internet é uma rede a nível mundial com conteúdos que podem resultar ilícitos, ofensivos ou em geral inapropriados.

4 - O Município de Murça não é responsável pelos conteúdos de natureza não profissional que os Utilizadores enviem a outrem, reservando a faculdade de executar as medidas de controlo e disciplinares adequadas.

CAPÍTULO VII — Utilização da rede interna, hardware, software e apoio técnico

Artigo 23.º

Acesso à rede



1 - Considerando que a utilização da infraestrutura tecnológica do Município de Murça é fundamental para o desenvolvimento das atividades profissionais dos seus utilizadores, a mesma é disponibilizada exclusivamente como ferramenta de trabalho.

2 - Toda a rede interna, hardware e software estão sujeitos à monitorização e, portanto, o Município de Murça poderá manter, a seu critério, o histórico de acessos realizados aos seus sistemas.

Artigo 24.º

Software

1 – O Município de Murça disponibiliza aos seus utilizadores um conjunto de aplicações informáticas e software adequado para o desempenho da sua atividade profissional.

2 - Estas aplicações, estão devidamente licenciadas para uso interno, através de contratos de licenciamento ou licenças avulsas, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares não instalado pela DTIC, encarregue da gestão do licenciamento das aplicações e sua instalação.

3 - Desta forma, os utilizadores estão, impedidos de instalar qualquer tipo de aplicação informática ou software, excetuando-se aqueles que terão permissão expressa, em razão do seu cargo, sem prejuízo pelo respeito da legislação em vigor sobre a proteção dos direitos de autor.

4 - Assim, se no caso de, por uma vulnerabilidade do sistema ou por qualquer outro motivo, o Utilizador violar este Regulamento, poderá ser responsabilizado por quaisquer penalidades que o Município de Murça venha a contrair, movidas pelos titulares dos direitos autorais de tais programas não autorizados, bem como de qualquer outra obra intelectual violada nos seus direitos autorais.

5 - Os programas informáticos licenciados ou que venham a ser licenciados em nome do Município de Murça são instalados e configurados pela equipa técnica da DTIC.

Artigo 25.º

Hardware

1 – O Município de Murça disponibiliza aos seus utilizadores um conjunto de equipamentos exclusivamente para o desempenho das suas funções e atividades profissionais, sendo o uso inadequado desses equipamentos, para fins que não sejam os delineados pelo Município de Murça, expressamente proibido.

2 - A utilização de equipamentos que não sejam propriedade do Município de Murça para conexão à sua infraestrutura informática, especialmente os computadores portáteis, discos



externos, smartphones ou outros, e uma vez que comprometem a Segurança da Informação, deve ser solicitada à DTIC, que procederá à normalização e configuração da máquina em questão.

3 - Durante a utilização dos computadores e periféricos, propriedade do Município de Murça, o utilizador deverá observar os seguintes cuidados:

- a) Desligar os equipamentos no final do expediente;
- b) Sempre que se ausentar do local de trabalho deve terminar a sessão ou bloquear a mesma;
- c) Sempre que tiver dúvidas ou problemas nos equipamentos, o utilizador deve contactar a DTIC;

Artigo 26.º

Equipamento portátil e de impressão

1 - Os equipamentos portáteis, designadamente computadores ou outros que permitam armazenamento de dados e informações, propriedade do Município de Murça, estarão devidamente configurados para conexão à infraestrutura informática do Município de Murça e devem ser utilizados exclusivamente para as funções profissionais a que foram adstritos.

2 - O uso das impressoras ou qualquer outro equipamento de impressão digital deve ser feito exclusivamente para impressão de documentos ou outras informações que sejam de interesse do Município de Murça ou que estejam relacionados com o desempenho das atividades inerentes às funções que o Utilizador desempenha na organização.

3 - Os equipamentos de impressão poderão adicionar automaticamente uma marca de água no rodapé da impressão designada por “Documento impresso no Município de Murça”.

Artigo 27.º

Apoio técnico

1 - As solicitações e pedidos de assistência técnica (apoio informático) deverão ser solicitadas através do preenchimento do pedido de intervenção disponível na Intranet do Município de Murça, no menu pessoal de Utilizador, sendo essas intervenções autorizadas pelo responsável da DTIC e reencaminhadas para o técnico que irá satisfazer a solicitação de acordo com a data de chegada na caixa de entrada de correio e/ou a necessidade do serviço.

2 - Em caso de dificuldade técnica e em último recurso poderá enviar o pedido para o e-mail: dtic@cm-murca.pt.

3 - Não serão aceites pedidos de intervenção oriundos de endereços de e-mail que não pertençam ao domínio do Município de Murça.



CAPÍTULO VIII — Comunicações

Artigo 28.º

Utilização de telemóveis de uso oficial

Considerando razões de transparência administrativa e de necessidade de estabelecer um conjunto de princípios que devem nortear os utilizadores dos telemóveis de uso oficial no Município de Murça, prevê-se as obrigações a que estes ficarão adstritos, que justificam incluir este ponto neste regulamento para a disciplina a atribuição e utilização de telemóveis.

Artigo 29.º

Modo de atribuição

1 – O Município de Murça atribui um telemóvel para uso oficial:

- a) Aos eleitos locais em regime de permanência;
- b) Aos membros do gabinete de apoio pessoal do Presidente da Câmara;
- c) Aos trabalhadores, pela natureza das funções desempenhadas, necessitem de dispor de um meio permanente de contacto.

2 - A atribuição de telemóvel para uso oficial é efetuada mediante um termo de responsabilidade, devidamente assinado, bem como a cópia do presente regulamento.

3 - Os telemóveis atribuídos ao abrigo do presente Regulamento destinam-se a uso oficial, pelo que as chamadas telefónicas deverão ser efetuadas para serviço oficial, devendo o equipamento ser devolvido quando cessar o exercício da função que originou a respetiva atribuição.

4 - Apenas poderá ser atribuído um único telemóvel por cada uma das pessoas identificadas no número um do presente artigo.

Artigo 30.º

Encargos

1 – O Município de Murça suporta os custos de aquisição dos telemóveis atribuídos ao abrigo do presente Regulamento, bem como os custos com as respetivas taxas e as comunicações telefónicas até aos montantes pré-definidos.

2 - A título excecional, os limites estabelecidos poderão ser ultrapassados mediante despacho de autorização do Presidente da Câmara e análise pela DTIC, nomeadamente aquando de



deslocação ao estrangeiro, realização de eventos municipais ou em situação de risco ou calamidade pública.

Artigo 31.º

Excedente ao limite de despesa

Os custos de comunicações telefónicas que excedam os limites pré-definidos serão assumidos pelo Utilizador a quem o telemóvel está atribuído.

Artigo 32.º

Serviço responsável pelas comunicações

1 – O serviço responsável pela gestão das comunicações e afetação dos equipamentos é a DTIC, que sob proposta ao Presidente terá de:

- a) Propor a definição e atualização das condições de utilização, caso se justifique;
- b) Efetuar o barramento a serviços de valor acrescentado que não resultem de utilização em serviço, prevenindo a sua utilização abusiva;
- c) Efetuar controlo da evolução de custos mensais globais de comunicações móveis por Utilizador dentro do plafond definido;
- d) Efetuar recomendações quanto à redução de despesas nas comunicações móveis;
- e) Detetar e comunicar situações de utilização abusiva ou indevida, em violação aos deveres constantes deste Regulamento;
- f) Providenciar a manutenção e conservação dos aparelhos móveis;
- g) Gerir, afetar e redistribuir os equipamentos mantendo um cadastro atualizado.

CAPÍTULO IX - Política de Privacidade dos sítios do Município de Murça

Artigo 33.º

Proteção da privacidade de dados pessoais

- 1 - A proteção da privacidade e dos dados pessoais é uma prioridade para a DTIC e um claro compromisso assumido pelo Município de Murça.
- 2 - Esta política diz respeito às práticas de privacidade dos portais e sítios online geridos pelo Município de Murça.



3 - Qualquer dado pessoal que forneça aos diversos serviços municipais serão tratados com as garantias de segurança e confidencialidade exigidas pelo enquadramento legal relativo à proteção de dados pessoais.

4 - Os dados pessoais recolhidos e não registados nos sistemas informáticos ao encargo da DTIC, serão responsabilidade de cada unidade orgânica, a quem caberá responder.

5 - O acesso e a utilização dos sítios sob a responsabilidade do Município de Murça devem ser livres por parte do utilizador/utente/cidadão presumindo o Município de Murça que este leu, compreendeu e aceitou os Termos e Condições da sua utilização.

6 - Qualquer tentativa de alterar a informação, ou qualquer outra ação que possa causar dano e pôr em risco a integridade do sistema, são estritamente proibidas de acordo com a legislação em vigor.

7 - O utilizador/utente/cidadão destes sítios obrigam-se a cumprir escrupulosamente a legislação aplicável, nomeadamente, em matéria de criminalidade informática e de direitos de propriedade intelectual, sendo exclusivamente responsável pela infração destes normativos.

Artigo 34.º

Encarregado de Proteção de Dados

O Município de Murça designará um Encarregado de Proteção de Dados que poderá ser contactado através do endereço eletrónico privacidade@cm-murca.pt ou por carta registada com aviso de receção para Praça 5 de outubro, 5090-112 Murça.

Artigo 35.º

Privacidade

1 - O Município de Murça respeita o direito à privacidade e não recolhe nos seus sítios qualquer informação pessoal sobre os seus utilizadores/utentes/cidadãos sem o pedido ou consentimento explícito dos mesmos.

2 - A interação com os sítios do Município de Murça não exige qualquer informação do utilizadores/utentes/cidadãos, salvo quando, para propósitos expressamente identificados, o registo seja declarado necessário e seja por aquele autorizado, nos termos definidos neste Regulamento.

Artigo 36.º

Responsável pelo tratamento



c) Medidas na componente de rede o uso de firewalls e sistemas de deteção de intrusão, segregando redes (interna e externa) e ambientes aplicacionais, bem como cifragem de informação através de canais de comunicação seguros.

Artigo 39.º

Acesso e controlo dos dados pessoais

1 – O Município de Murça possibilita, a pedido do utilizador/utente/cidadão, o acesso, a retificação e o apagamento dos dados pessoais. Tem também o direito de se opor ao processamento dos seus dados pessoais.

2 - Caso a utilização dos dados pessoais do utilizador/utente/cidadão seja baseada no consentimento, tem o direito de o retirar, sem comprometer a validade do tratamento de dados efetuado até esse momento, recorrendo ao Encarregado de Proteção de Dados (privacidade@cm-murca.pt) ou via carta registada, podendo solicitar os seguintes elementos:

- a) Informação acerca dos seus dados;
- b) Informação acerca do processamento;
- c) A finalidade subjacente ao tratamento;
- d) A correção, ou atualização, de algum dado;
- e) Os seus dados num formato aberto;
- f) O apagamento dos dados, o que prejudicará, neste caso, futuros tratamentos.

Artigo 40.º

Arquivo de dados pessoais

1 – Os seus dados pessoais são conservados pelo Município de Murça pelo período estritamente necessário ao tratamento, de acordo com a finalidade respetiva e dentro dos limites e normas estabelecidas.

2 - Os períodos de conservação podem alterar-se de acordo com o interesse público associado, motivos históricos, científicos ou estatísticos que o justifiquem, comprometendo-se o Município de Murça a adotar as adequadas medidas de conservação e segurança.

Artigo 41.º

Cookies e tecnologias idênticas



1 – O Município de Murça utiliza nos seus sítios eletrónicos cookies que permitem melhorar o desempenho e a experiência de navegação dos seus utilizador/utente/cidadão, aumentando, por um lado, a rapidez e eficiência de resposta e, por outro, eliminando a necessidade de introduzir repetidamente as mesmas informações.

2 - A colocação de cookies não só ajuda os sítios eletrónicos a reconhecer o dispositivo do utilizador/utente/cidadão na visita seguinte mas também, com frequência, para o correto funcionamento do mesmo.

3 - Os metadados gerados pela utilização dos cookies podem ser enviados para terceiros para análise de tendências, rastreio da navegação de usuários nos sítios e desempenho dos mesmos, sem contudo identificar qualquer pessoa.

Artigo 42.º

Como controlar o uso de Cookies

O utilizador/utente/cidadão pode impedir o uso de cookies nas configurações do navegador. Se limitar esta opção, no entanto, a utilização de alguns recursos ou o desempenho de determinadas ferramentas pode ficar condicionada.

Artigo 43.º

Exoneração de responsabilidade

1 – O Município de Murça não poderá ser responsabilizado por quaisquer prejuízos ou danos em sede de responsabilidade civil (incluindo, mas sem que a estes estejam limitados, danos emergentes, lucros cessantes e danos morais, causados direta ou indiretamente), que surjam em consequência da utilização, correta ou incorreta dos seus sítios eletrónicos e respetivos conteúdos por parte do utilizador/utente/cidadão, do acesso ao computador e sistema informático do utilizador/utente/cidadão por terceiros.

2 - A informação divulgada deve ser encarada na sua vertente informativa. Apesar dos esforços do Município de Murça em manter os conteúdos atualizados e fidedignos, estes podem conter incorreções, erros de escrita ou estar desatualizados, pelo que não poderá o Município de Murça ser responsabilizado no que respeita à completa exatidão e atualidade de qualquer informação constante dos seus sítios.

3 - Os sítios eletrónicos podem conter ligações para sítios operados por entidades terceiras sobre os quais não tem controlo e pelos quais não assume qualquer responsabilidade.



4 - As disposições constantes neste regulamento, não dispensa a consulta das normas legais em vigor, aprovadas oficialmente.

Artigo 44.º

Alteração da política de segurança e privacidade

O utilizador/utente/cidadão deverá ler atentamente os termos e condições constantes nos diversos sítios do Município de Murça, que poderão ser alterados, considerando-se que as alterações entram em vigor a partir da data da sua colocação neste sítio, fazendo-se expressa referência à data da última atualização por parte da DTIC.

CAPÍTULO X — Disposições finais

Artigo 45.º

Utilização da informação

- 1 - Sempre que, o Utilizador aceda a dados de carácter pessoal incorporados nos ficheiros, por motivos diretamente relacionados com a função desempenhada, deve este tratá-los, única e exclusivamente, em conformidade com o âmbito de autorização expressamente comunicado pelo Município de Murça, e exclusivamente para a finalidade para os quais foram recolhidos.
- 2 - O Utilizador não deve usar dados de carácter pessoal com fins ou efeitos ilícitos, proibidos ou lesivos de direitos ou interesses de terceiros, ou contrários às finalidades para os quais foram recolhidos.
- 3 - Ao Utilizador é expressamente proibido aceder ou tratar de dados com carácter pessoal, para os quais não tenha obtido expressa autorização por parte do responsável pelo tratamento dos dados do Município.
- 4 - O Utilizador não pode criar qualquer base de dados com dados pessoais, sem que esta seja previamente autorizada e enquadrada pelo responsável pelo tratamento dos dados do Município.
- 5 - Caberá ao órgão executivo designar o responsável pelo tratamento dos dados, devendo proceder à divulgação do mesmo pelos meios adequados, nos termos da lei em vigor.
- 6 - Outras questões sobre proteção de dados pessoais e o exercício de quaisquer direitos relativos aos mesmos devem ser colocadas ao responsável pelo tratamento dos dados, que informará em conformidade com a lei em vigor.



Artigo 46.º

Confidencialidade

Todas as informações internas, obtidas na execução de suas atividades no âmbito de funções que detêm ou detiveram no Município de Murça, deverão ser tratadas pelos utilizadores como sigilosas e restritas, não as devendo divulgar a terceiros, mesmo que o vínculo contratual que o possa ter vinculado a esta Instituição tenha terminado, independentemente da forma como tenha ocorrido.

Artigo 47.º

Controlo e supervisão

Em tudo o que não violar a Lei, o Município de Murça reserva o direito de controlar e supervisionar, sem prévio aviso, o correto e lícito uso dos recursos e dispositivos da autarquia por parte dos utilizadores, e em concreto, do cumprimento do presente regulamento, prevenindo atividades que possam afetar o Município.

Artigo 48.º

Regime disciplinar e Auditoria

- 1 - O não cumprimento das normas estabelecidas no presente regulamento pode determinar a abertura dos competentes procedimentos de natureza disciplinar, nos termos da lei, sem prejuízo da responsabilidade criminal que vier a ser apurada nessa sede.
- 2 - Todos os utilizadores da rede do Município de Murça estão sujeitos à auditoria de redes. Os procedimentos de auditoria e de monitoramento de uso serão realizados e promovidas periodicamente pela DTIC, com o objetivo de observar o cumprimento das normas deste regulamento por parte dos utilizadores da rede e com vistas à gestão de desempenho da mesma.
- 3 - Havendo evidência de atividade que possa comprometer a segurança da rede, será permitido auditar e monitorar as atividades de um determinado Utilizador, além de inspecionar seus arquivos e registos de acesso, a bem do interesse do Município de Murça, sendo o facto imediatamente comunicado ao órgão executivo.
- 4 - O Utilizador que utilizar os recursos da rede concorda com esta regra e autoriza as ações de auditoria eventualmente necessárias.



5 - Qualquer infração às normas previstas no presente regulamento, será punida nos termos legais.

Artigo 49.º

Manuais, suportes e licenças

Os manuais e licenças da infraestrutura informática e tecnológica adquirida pelo Município de Murça são para utilização dos utilizadores durante a realização das suas atividades profissionais, ficando assim sob a sua responsabilidade o perfeito estado, organização e guarda.

Artigo 50.º

Dúvidas ou omissões

Qualquer dúvida ou omissão resultante da aplicação deste regulamento deverá ser reencaminhados para a DTIC para avaliação e posterior regulamentação, bem como para recomendação de medidas a tomar pelo órgão executivo, quando for caso disso.

Artigo 51.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor ...